



Bancários do Santander recebem antecipação da PLR, abono e diferenças nesta quinta

NANDO NEVES



Bancários começaram a receber a antecipação da PLR, fruto da greve histórica da categoria

O Santander confirmou que vai pagar nesta quinta-feira (20), a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), além das diferenças salariais, nos vales e o abono de R\$ 3,5 mil. A antecipação feita pelo banco atende às reivindicações feitas pelo Sindicato e pela Contraf-CUT e prevê o pagamento de 54% do salário reajustado em setembro de 2016, mais fixo de R\$ 1.310,12, limitado

a R\$ 7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

A COE (Comissão de Organização dos Empregados) volta a se reunir com o banco nesta quinta-feira (20), às 14h30, para negociar os itens do Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). As negociações haviam sido interrompidas no dia 16 de julho, quando os representantes dos tra-

balhadores suspenderam os debates devido à falta de avanços nas propostas da direção da empresa. Já foram realizadas, desde que a pauta específica foi entregue ao banco em 12 de maio, seis reuniões para tratar das reivindicações, mas o banco não apresentou até o momento nenhuma proposta concreta. Os bancários do Santander reivindicam melhoria das condições de trabalho, a revisão da

A primeira parcela nos demais bancos

Caixa – Fará o pagamento de 60% da PLR, mais diferenças retroativas também nesta quinta-feira, dia 20 de outubro.

Itaú – A primeira parcela da PLR e da PCR, mais o abono, serão pagos nesta sexta-feira, 21 de outubro.

Bradesco – Até o fechamento desta edição, ainda não havia oficializado a data da antecipação da PLR de seus funcionários e dos bancários do HSBC, comprado pelo Bradesco em agosto do ano passado.

Banco do Brasil - Creditou a antecipação da PLR e o abono de R\$3.500 no último dia 13. O reajuste e os retroativos serão pagos na quinta, 20. Vales virão no final do mês.

política de metas, o parcelamento do empréstimo de férias, mudanças nas regras do convênio médico e na concessão de bolsas de estudo. Também está na pauta a contratação de mais funcionários e o pedido de direitos similares aos dos funcionários do banco na Espanha, que dificilmente são demitidos.

Bancos são acusados de fraudar leis trabalhistas

Maior valor de indenizações é pedido contra Itaú e atinge R\$150 milhões

Itaú, Bradesco, Santander e Citibank foram acusados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de diversas irregularidades trabalhistas e terceirização ilícita. As acusações pesam também sobre outras empresas, como a Contax – maior do ramo de telemarketing –, a Oi, a Vivo e a Net, que também estão incluídas nas quatro ações em que o MPT pede a condenação por dano moral coletivo. Ao todo somam R\$321 milhões os pedidos de indenizações.

São quatro ações judiciais que a Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes Trabalhistas do MPT (Conafret) decidiu impetrar depois de

receber o relatório de uma ação fiscal do MPT nas centrais de telemarketing dos bancos e das empresas de telefonia. As operações do telemarketing são executadas pela Contax, cujas indenizações alcançam a cifra de R\$100 milhões. Um grupo de trabalho do MPT avaliou que procedimentos deveriam ser tomados sobre os autos de infração elaborados pela fiscalização.

ITAÚ BURLA MAIS

Pesa sobre o Itaú Unibanco o maior valor de indenização, R\$150 milhões, por dano moral coletivo. O

banco é acusado de praticar o assédio moral contra terceirizados do telemarketing – ameaças e punições constantes e abusivas, demissões por justa causa feitas arbitrariamente, coação para pedido de demissão, punição com corte de remuneração, controle do uso dos banheiros. Além disso, o banco descumpriu normas relativas à jornada de trabalho, aos descansos, ao pagamento de salários, ao trabalho aos domingos e feriados sem autorização, registro irregular da jornada trabalhada, não sendo computado o horário de entrada e de saída, pagamento a menor do salário e des-

contos indevidos. Outras duas ações acusam o Bradesco e o Citibank de fraude às leis trabalhistas e responsabilidade solidária em práticas ilegais praticadas pela terceirizada Contax.

OFENSA À CLT

O relatório do MPT definiu como ilegais as terceirizações de atividades-fim realizadas pela Contax. Ferem o artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê a obrigatoriedade do vínculo dos trabalhadores diretamente com as empresas tomadoras dos serviços.

Edital de Assembléia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio De Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidente abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, convoca todos os empregados e aposentados do Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES, do BNDES Participações S/A-BNDESPAR e da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, da base territorial deste município, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no dia 19 de outubro de 2016, às 14hs30min em primeira convocação e às 15hs em segunda e última convocação, no andar térreo do EDSERJ, sito à Avenida República do Chile, nº 100, Centro, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1- Discussão e deliberação acerca da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho que irá reger as condições de trabalho no período de 01.09.2016 à 31.08.2018, apresentada pela patronal.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2016.

Adriana da Silva Nalesso
Presidente

Edital de Assembléia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários E Financeiros Do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidente abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, convoca todos os empregados de financeiras, socios ou não sócios na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no dia 19 de outubro de 2016, às 18h em primeira convocação e às 18:30min em segunda e última convocação, em seu auditório sito ao endereço acima, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Discussão e deliberação acerca da proposta apresentada pela Fenacrefi - Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho dos Financeiros 2016/2018 e Convenção Coletiva de PLR exercício 2016 e 2017, com vigência para o período de 01/06/16 à 31/05/18;

2 - Deliberação sobre a taxa de contratação coletiva a ser descontada dos trabalhadores por ocasião do fechamento da campanha.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2016.

Adriana da Silva Nalesso
Presidente

Assembleia, nesta quarta, analisa proposta rebaixada do BNDES



NANDO NEVES

O diretor do Sindicato José Henrique (E) participou da negociação com o BNDES, na última sexta-feira (14), no Rio

Os empregados do Sistema BNDES fazem assembleia nesta quarta-feira, às 15 horas, no térreo do Edifício de Serviços (Edserj), na Av. Chile, 100. Vão analisar a proposta rebaixada de acordo específico feita pelo banco, inferior à da Fenaban na cláusula de reajuste: 8%, porém sem o abono, este ano, e 1% de aumento real em 2017.

Na negociação da sexta-feira passada, o Sindicato protestou e

insistiu que esta proposta trazia embutida uma perda salarial significativa. O banco, no entanto, alegou motivos jurídicos para o não pagamento do abono. A Comissão de Negociação eleita pelos empregados, decidiu convocar uma assembleia para avaliar a proposição que faz do BNDES o único banco público a ter uma proposta econômica abaixo do acordado com a Fenaban.

Errata - Erramos ao informar na edição do *Jornal Bancário* do último dia 10, que o BNDES havia proposto limitar a licença-maternidade em 120 dias. Na verdade, desde 2008, o banco segue a lei que deu aos empregadores a prerrogativa de estender o benefício a 180 dias. No que diz respeito à licença-paternidade, o banco propôs 20 dias, ao contrário de 30 dias, como informamos erradamente.

Assembleia dos financiários é também nesta quarta

Sindicato e Contraf-CUT orientam pela aprovação da proposta da Fenacrefi

Os trabalhadores das financeiras realizam nesta quarta-feira, 19, a partir das 18 horas, no auditório do Sindicato, assembleia decisiva para deliberar sobre a proposta da Fenacrefi (Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Inves-

timento). A proposta inclui reajuste salarial de 8% nos salários, mais abono de R\$2 mil, 10% no vale refeição e no auxílio creche-babá e 15% no vale alimentação. O texto conta também com o abono dos dias parados, o aumento da licença paternidade para 20 dias e o abono

assiduidade, que dá direito a uma folga por ano. Para 2017, os índices são de reposição da inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas. O endereço do auditório do Sindicato é Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Subsede de Campo Grande**: Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 - Campo Grande - Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

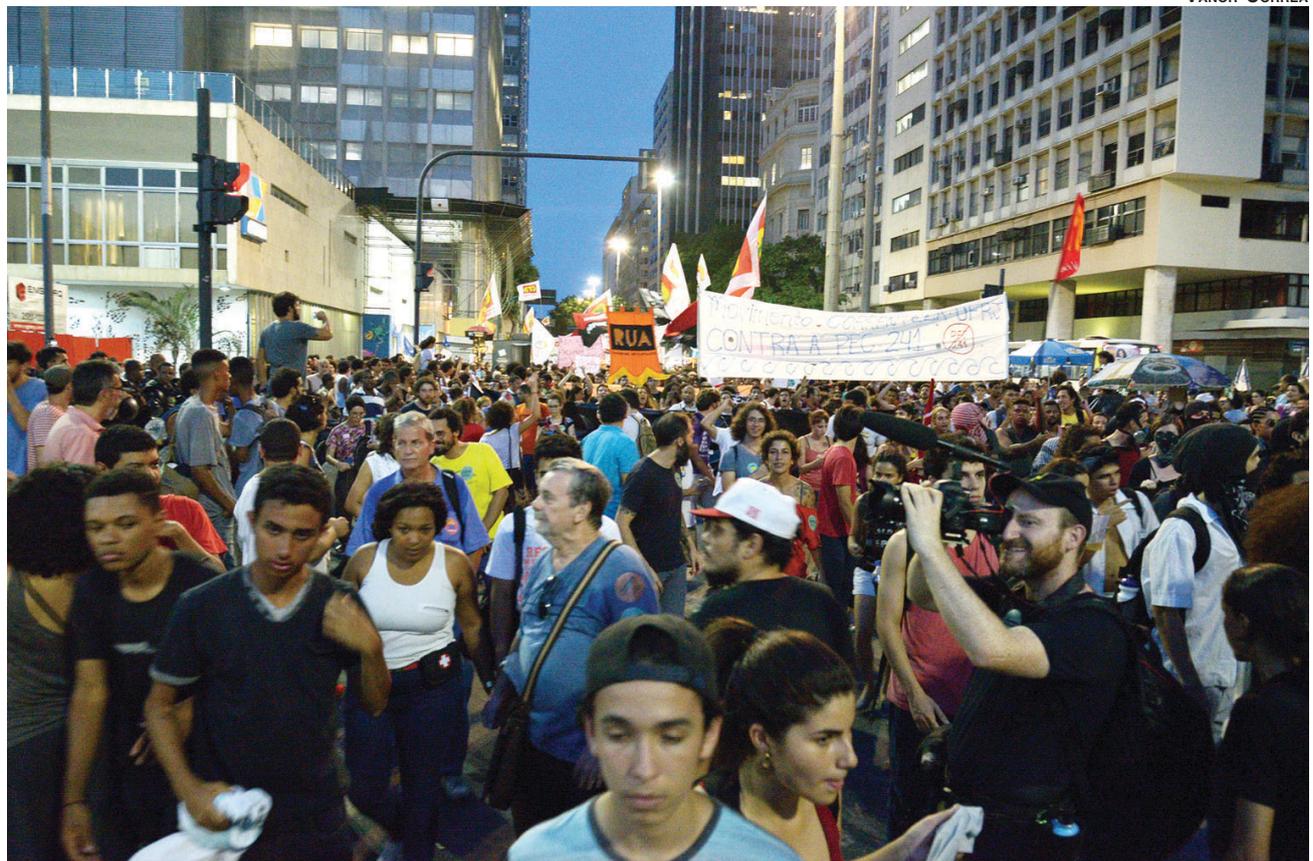
Manifestantes denunciam efeitos devastadores da PEC 241

Cerca de dois mil manifestantes, a maioria professores e estudantes, realizaram, ontem (17), na Cinelândia, um protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), que impõe arrocho fiscal por 20 anos, com o que o governo pretende reduzir os investimentos sociais, especialmente, na saúde, educação e na Previdência, que ficarão limitados à variação da inflação do ano anterior.

A PEC 241 vai produzir efeitos devastadores nos setores que prestam serviços à população. As universidades e escolas públicas ficarão sem recursos financeiros (o governo golpista de Temer já anuncia a redução das vagas). Os hospitais também sofrerão com o sucateamento ao longo dos 20 anos. Pobreza, desigualdade, baixos salários e abandono dos programas sociais. É o que a PEC 241 trará para a sociedade.

CORREDOR POLONÊS

Uma passeata em direção à Petrobrás foi acompanhada por duas fileiras de PM com fardas pretas e cassetetes, formando um “corredor polonês” que lembrou os tempos da ditadura militar.



VANOR CORREA

Manifestantes se concentraram na Cinelândia e, depois, seguiram em passeata em direção à Petrobrás, no ato contra a proposta do governo golpista de Temer que corta investimentos sociais

A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, disse durante o ato que “é fundamental que os trabalhadores percebam a dimensão dos prejuízos que virão se a

PEC 241 for aprovada no segundo turno na Câmara dos Deputados e em outros dois turnos no Senado”. A dirigente acentuou a importância dos protestos nas ruas para barrar

a PEC. Convocou também os trabalhadores a aderirem ao abaixo assinado que 80 entidades elaboraram e disponibilizaram na internet (<http://naopec241>).

Agências do HSBC param contra arbítrio do Bradesco

Os bancários do HSBC paralisaram, na última quinta-feira (13/10), três importantes agências do HSBC no Centro da Cidade: Visconde de Inhaúma, Avenida Rio Branco e Rua da Assembleia. Foi um protesto contra a série de atitudes arbitrárias que vêm sendo praticadas pelo Bradesco, banco ao qual o HSBC foi incorporado oficialmente em junho deste ano.

O Bradesco obrigou os bancários originários do HSBC a trabalharem nos dias 8 e 9 últimos, sábado e domingo, ignorando a jornada de 30 horas da categoria e a folga estipulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disto, impôs jornadas de trabalho extenuantes, havendo casos, segundo relatos que chegaram ao Sindicato, em que se estenderam de 7 horas às 22 horas. Tudo isto foi feito sem aviso prévio ao Sindicato.

Não satisfeito, o Bradesco determinou, ainda, que todas as agências incorporadas passassem a funcionar em horário estendido, de 8 às 17 horas, até quarta-feira (19/10). Com isto, agiram

de maneira irregular, já que estão obrigando os bancários a fazer mais de duas horas extras por dia, muitos deles, sem horário de almoço.

INCORPORAÇÃO DESASTRADA

A diretora do Sindicato, Nanci Furtado, disse que apesar da incorporação ter sido autorizada oficialmente desde junho, a unificação dos sistemas dos dois bancos está sendo conduzida de forma amadora e desastrosa por parte do Bradesco. Além do terror gerado pela imposição de práticas desrespeitosas aos direitos dos funcionários, toda esta confusão provocou uma tremenda insatisfação dos clientes que passaram a enfrentar inúmeros problemas em suas operações bancárias por conta da unificação dos sistemas.

RETIRADA DE DIREITOS

O Bradesco decidiu também retirar uma série

de direitos conquistados pelos bancários do HSBC e previstos no acordo específico. Entre estes, o auxílio-educação e plano de saúde para quem se aposenta; também aumentaram os valores do plano para aposentados e demitidos; extinguíram a previdência complementar do HSBC, substituindo pela do Bradesco, com outras regras.

ORGANIZAÇÃO DA LUTA

Para discutir a organização nacional da luta em defesa dos direitos dos bancários originários do HSBC e contra outras arbitrariedades, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) vai se reunir na próxima semana, em São Paulo. Estarão presentes dirigentes de sindicatos e federações de todos o país. “Vamos fiscalizar o andamento da incorporação e suas consequências, e aprovar uma série de mobilizações nacionais e locais”, adiantou o diretor do Sindicato, Leuver Ludloff.

Acordo de dois anos garante manutenção de direitos na Caixa

Greve viabilizou manutenção de conquistas históricas, como a PLR Social e a Promoção por Mérito e mantém viva a lógica do aumento real para 2017

THIAGO RIPPER

Os empregados da Caixa realizaram a mais longa greve das últimas décadas: 32 dias. A forte greve da categoria chegou ao limite e teve um saldo positivo na avaliação do movimento sindical. Um dos aspectos mais importantes, diante de uma conjuntura do governo Temer de tirar direitos dos trabalhadores de empresas públicas, foi a manutenção da PLR Social por dois anos, que garante distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os trabalhadores. A direção da Caixa confirmou o pagamento no próximo dia 20 de outubro, de 60% da PLR, mais as diferenças retroativas. Além disso, o acordo mantém viva a lógica do aumento real em 2017 (reposição da inflação mais 1%). Para o ano que vem, com a garantia no índice de reajuste, as atenções poderão estar voltadas para outras demandas importantes da categoria.

“Vivemos um dos períodos mais reacionários no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional. Com o acordo de dois anos impedimos que o governo extinguisse a lógica do aumento real, garantido para 2017, e a PLR Social por dois anos, assim como a Promoção por Mérito, que é bom lembrar, havia sido extinta no governo FHC, o que poderia ocorrer novamente com a atual política de retirada de direitos de Temer. A criação de um Grupo de Trabalho para discutir a revisão do RH 184 também é importante, pois abre uma perspectiva para debatermos a situação dos caixas”, disse o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

Errata - Na matéria “Assinados acordos da Fenaban, Caixa e Banco do Brasil” da edição 5004 do Jornal Bancário, erramos ao publicar que a direção da Caixa vai abonar os 32 dias parados da greve dos empregados. Na verdade, serão abonados 31 dias. Depois de divulgar que a compensação do 32º dia de greve - 7 de outubro - seria até 15 de dezembro, a Caixa corrigiu a informação. O prazo encerra em 15 de novembro e não na data informada inicialmente. Agora que o período reduziu, o empregado deve ficar atento, pois quem não compensar até a data limite terá o dia cortado.



Paulo Matileti durante a greve histórica que, na Caixa, durou 32 dias. Manutenção de direitos foi importante já que o governo Temer promove a retirada de conquistas dos trabalhadores

Principais itens do acordo

- **Dois anos** - Acordo de dois anos garante para 2017 a reposição da inflação mais aumento real de 1% no reajuste salarial e a manutenção da PLR Social. Em 2016, o reajuste é de 8%, mais abono de R\$3.500, 15% no vale-alimentação, 10% no tíquete-refeição e no auxílio creche/babá
- **Revisão do RH 184** - Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e estabelecer, em 30 dias a partir de sua implantação, critérios objetivos de descomissionamento. A intenção é acabar com a arbitrariedade no processo, institucionalizado pelo RH184, que deixou a decisão aos critérios subjetivos da chefia. Implantação de uma comissão paritária para debater a situação dos caixas. O objetivo é rever a extinção da função que foi substituída por “caixa minuto”.
- **Fim do tesoureiro por minuto** - O banco ratificou o cancelamento do comunicado interno que estabelecia que a função de tesoureiro passaria a ser designada “tesoureiro minuto”.
- **Metas abusivas** - A direção da empresa se comprometeu a discutir questões relativas às cobranças e estabelecimentos de metas.
- **Reestruturação** - Será debatido em mesa permanente a reestruturação na empresa, inclusive a que hoje ameaça as Gerências de Reestruturação e Retaguarda (Direts).
- **Promoção por mérito** - A evolução por mérito ficará assegurada também por dois anos, da mesma forma que o Grupo de Trabalho que debate o aprimoramento dos critérios de promoção.
- **Bolsa de estudos** - Concessão de 1,6 mil bolsas: até 300 para graduação, 500 para pós-graduação e 800 para idiomas.
- **Saúde Caixa** - Está mantido o GT do Saúde Caixa e da mesa permanente de negociação, onde serão discutidos os impactos decorrentes da implantação de novos processos de trabalho.
- **Parcelamento de férias** - O banco renovará a cláusula referente ao parcelamento do adiantamento de férias em até 10 parcelas mensais.
- **Vale-cultura** - Será mantido ao empregado que ganha até oito salários mínimos se o benefício for renovado pelo governo Temer.